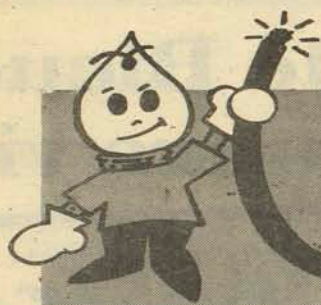




SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

07/06/91

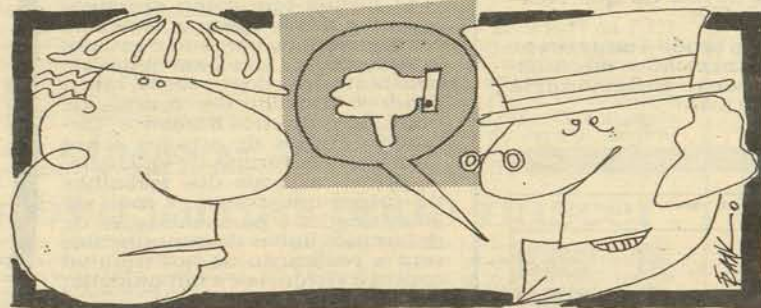
Nº 136

Celesc não atende reivindicações

Resposta da Celesc para os eletricitários não contempla as principais reivindicações. Reposição salarial, segundo a empresa, só em julho. Assembléias começam a preparar a campanha de outubro.

A Celesc respondeu por escrito, mas evasivamente às reivindicações dos eletricitários que foram aprovadas em assembléias. Na reunião realizada dia 5 de junho entre a Intersindical e a Empresa, a única proposta concreta apresentada pela Celesc foi o pagamento da URP de fevereiro de 89, sem juros, em uma única parcela e escalonadamente em 15 faixas salariais, ou seja, em 15 meses.

A empresa diz que reajuste salarial só a partir de julho, mas não falou de nenhum índice. Esta situação é explicada pela Intersindical pela "prioridade que a Celesc está dando para outros débitos, como com a Eletrosul, em detrimento do seu corpo de empregados". Arno Cugnier, secretário da Intersindical acredita que a empresa só vai mudar de prioridade quando a disposição de luta e mobilização da categoria for evidente. "Se não há mobilização eles não se preocupam, pois não há



pressão, gerando uma posição cômoda para a diretoria da Celesc", garante Arno.

A resposta às reivindicações dos eletricitários deverá ser discutida em assembléias que acontecerão entre os dias 6 e 13 de junho. Nas principais cidades (Fpolis, Blumenau, Joinville, Tubarão e Lages) as assembléias vão acontecer no dia 12 de junho.

CAMPANHA SALARIAL

As assembléias também vão discutir os primeiros preparativos para a campanha salarial deste ano. A Intersindical estará propondo um calendário de atividades para envolver a categoria em todo o processo de campanha, desde a preparação da pauta de reivindicações até as próprias nego-

ciações. O calendário é o seguinte: primeira plenária para preparar a pré-pauta, dia 29 de junho em Rio do Sul; assembléias para aprovação da pauta entre 8 e 12 de julho; plenária final para fechar a pauta no dia 20 de julho, em Criciúma.

DEMISSÃO

A Intersindical está alertando todos os empregados da Celesc para que não assinem nenhum documento referente a demissão incentivada. A assinatura representaria um pedido de demissão juridicamente irreversível. Quaisquer problemas com relação a este assunto devem ser levados imediatamente para os sindicatos, para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Governo quer acabar com a garantia no emprego

Para o ministro João Santana, acabar com a estabilidade dos eletricitários, concedida pelo TST é uma questão de honra.

Nos dias 28 e 29 de maio o Comando Nacional dos Eletricitários — CNE esteve reunido em Brasília, atuando junto ao TST e ao Congresso no sentido de resguardar a cláusula de garantia de Emprego, que fez parte do julgamento do dissídio dos eletricitários, no dia 7 de maio.

O governo, através do recém-empossado ministro da infra-estrutura, João Santana (que é o terceiro titular no cargo neste governo), contratou, especificamente para este fim, o advogado de Brasília Hugo Gueiros, que entrou com embargos declaratórios visando alterar a decisão já tomada pelo TST.

Basicamente os embargos visam modificar a sentença no sentido que os 120 dias, nos quais as empresas poderiam utilizar a Reforma Administrativa, sejam contados a partir da sentença (7 de maio), e não a partir da data-base (1º de novembro), como o Tribunal decidiu.

A outra questão levantada nos

embargos é a retirada pura e simples da cláusula, passando a contar a jurisdição do Tribunal que assegura estabilidade por apenas 90 dias.

Na reunião do CNE com o Presidente do TST, o Ministro Guimarães Falcão intermediou uma reunião do assessor jurídico do Comando, Nilo Kaway Jr., e do advogado do governo, Hugo Gueiros. Gueiros deixou claro os motivos de sua contratação: "acabar com a estabilidade dos eletricitários", concluindo que o que estava em jogo é "uma questão política e não técnica".

Outro motivo de preocupação é que os embargos não entram em pauta, podendo ser apreciados a qualquer momento, bastando para isso que o Juiz Relator leve-os ao Pleno, tanto que havia uma expectativa de que já na quarta-feira (dia 29) eles seriam apreciados, o que não ocorreu por falta de "quorum". O presidente do TST informou que

o "quorum" só voltará a estar completo a partir do dia 10 de junho, podendo os embargos serem apreciados nos dias 11 ou 12 de junho.

O grave de tudo isso, e é o que está sendo denunciado, é a pressão e a intervenção descabida do Poder Executivo sobre o Poder Judiciário. Um Ministro, que desconhece completamente energia elétrica, petróleo, transporte, estrada, portos, etc... com dois dias de ministério se acha no direito de ir ao TST para questionar uma sentença, e ir para os jornais ameaçar com mais 15 mil demissões de eletricitários por um mero capricho de um verdadeiro obcecado por demissões.

Os sindicatos têm que promover esta discussão com as categorias e tirar propostas concretas de luta para se opor a esta situação lamentável que está provocando uma insegurança permanente num setor da maior responsabilidade, como é o caso do setor elétrico.

ECONOMIA

Privatização da Usiminas pode ser início de mais ataque às estatais

José Álvaro Cardoso
DIEESE Bancários-Fpolis

A circulação, na sexta-feira, dia 31, do edital de venda da Usina Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (USIMINAS) — a primeira de uma longa lista de estatais estratégicas que serão privatizadas — é um marco fundamental na história do desenvolvimento econômico do Brasil. Com processo de privatização do governo pretende encerrar um período aonde o crescimento econômico foi conduzido pelo Estado, inaugurando uma fase onde "caberá ao setor privado ser a mola propulsora do próprio desenvolvimento", seguindo as próprias palavras do ministro da Economia, Márcio Marques Moreira.

Por detrás da idéias de inspiração neoliberal do governo há, pelo menos, dois pressupostos: 1º) o de que o "mal" da economia é a presença do Estado; e 2º) o de que o mercado irá resolver os problemas do Brasil. Um exame um pouco mais detido destas duas idéias, divulgadas até à exaustão pelos meios de comunicação, mostra a sua falsidade, facilmente verificável pela história recente do desenvolvimento econômico mundial.

A primeira é negada não apenas por praticamente todo o desenvolvimento industrial do Brasil — que chegou à condição de 8º PIB do mundo capitalista através das políticas conduzidas pelo Estado — como também pelas economias dos Países desenvolvidos. Estes, alcançaram a posição de potência internacional com e através da fortíssima presença do Estado na economia, como comprovam inúmeros dados. Era quem não sabe, o nível de intervenção do Estado na economia no Japão, Estados Unidos, Alemanha, França, e na própria Inglaterra, é bem superior ao do Brasil. Na realidade, estas nações, ao mesmo tempo em que, esperadamente, pregam a privatização e a abertura das economias do 3º Mundo, mantêm suas economias altamente protecionistas.

A idéia de que o "Deus mercado" poderá tirar o Brasil do buraco é igualmente falaciosa. O mercado faz com que pessoas que têm muito poder na sociedade (leia-se dinheiro) confrontem-se com iguais com pessoas que nada possuem, além da própria capacidade de trabalhar. Ele é, portanto, antidemocrático por excelência, tendo que ser controlado, regulado, pelo Estado. Isto é ainda mais verdadeiro para países como o Brasil, que possuem verdadeiros exércitos de desempregados, miseráveis, menores abandonados, que muitas vezes não possuem mais nem a própria capacidade de trabalho.

O mercado não só não distribui renda como seguramente, no caso do Brasil, deverá aprofundar as desigualdades sociais. Com a privatização das estatais, finalmente os técnicos do governo poderão testar suas teses neo-liberais, aprendidas nos centros universitários dos países ricos. Infelizmente, porém, este tipo de experimento utiliza cobaias humanas.

Perdas salariais se acumulam desde 89

Com o objetivo de sinalizar para a categoria eletricitária a situação atual dos salários reais, o DIEESE levanta as seguintes observações:

1. Com a decisão do TST, se retroagissemos a nov/89, necessitaríamos de 64,91% adicionais na data-base para equipararmos os salários de nov/90 a nov/89 (deflator IGV-DIEESE);
2. No entanto, de nov/90 para maio/91, os salários só teriam tido 31,20% (recálculo do Plano Collor 2) de reajuste, contra uma inflação acumulada de 163,49% (estimativa IGV/maio de 10%). Isto faria com que só neste novo período, surgisse a necessidade de um reajuste de 100,83% em 1º de junho para se recuperar o poder de compra de novembro/90;
3. Tomando como referência a data-base de nov/89 que foi a última onde os eletricitários conseguiram zerar suas perdas salariais, haveria a necessidade de um reajuste de 231,18% em 1º de junho para que os salários recuperassem o que tinham naquela época;
4. Em outras palavras, a decisão do TST conseguiu apenas amenizar a situação salarial dos eletricitários federais, que recebem hoje menos de 1/3 do que recebiam em nov/89;
5. Esta situação tende a se agravar caso não sejam criados mecanismos de proteção inflacionária para os salários.

BALANCETE

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO MÊS DE MARÇO DE 1991.	
SINERGIA	
SALDO ANTERIOR: 28.02.91	
Caixa Econômica Federal Conta Movimento 99-6	Cr\$ 608.204,08
Caixa Econômica Federal Conta Movimento 248-0	Cr\$ 965,68
Fundo Fixo de Caixa	Cr\$ 23.683,62
Caixa Econômica Federal CONTAS POUPANÇAS	
Fundo de Apoio Sindical	Cr\$ 29.007,0
Fundo de Construção	Cr\$ 31.367,86
Fundo de Modernização	Cr\$ 2.843.662,04
Fundo Mobilização Celesc	Cr\$ 7.128.220,40
Sinergia	Cr\$ 2.048.820,90
Sinergia	Cr\$ 4.965,90
Sinergia	Cr\$ 2.498.167,85
Sinergia	Cr\$ 4.798.301,54
Sinergia	Cr\$ 50.325,1
Caixa Econômica Federal CONTAS EM CRUZADOS NOVOS	
Sinergia 99-6	Cr\$ 19.979.803,97
Sinergia 248-0	NCr\$ 332.362,33
Sinergia 26800-7	NCr\$ 34.013,10
Sinergia 29006-1	NCr\$ 140.330,58
Sinergia 31880-2	NCr\$ 11.757,56
Sinergia 33129-5	NCr\$ 14.723,94
Sinergia 36708-1	NCr\$ 7.966,44
Sinergia	NCr\$ 1.140.819,96
Sinergia	NCr\$ 1.686.704,15
RECEITAS	
Mensalidade Celesc/Eletrosul	Cr\$ 2.823.292,57
Mensalidade Aposentado/Contratado	Cr\$ 21.666,00
Comissão Seguro	Cr\$ 18.343,06
Recuperação Despesas	Cr\$ 10.048,53
Rendimentos Poupanças/Oper	Cr\$ 2.278.129,31
Reversão Confederação Eletrosul	Cr\$ 6.782.778,47
Rendimento Poupança Cruzados Novos	NCr\$
TOTAL	Cr\$ 12.530.051,01
DESPESAS	
Salários	Cr\$ 34.196.559,13
Encargos Sociais	Cr\$ 1.074.670,93
Honorários Jurídico	Cr\$ 87.106,70
Jornal Linha Viva	Cr\$ 652.671,58
Serviços Terceiros	Cr\$ 497.392,00
Despesas Administrativas	Cr\$ 329.071,89
Despesas Movimento Sindical	Cr\$ 832.930,39
Emprestimo Inter-sul	Cr\$ 283.026,44
Emprestimo Inter-sul	Cr\$ 5.081.113,03
Emprestimo Inter-sul	Cr\$ 2.298.431,87
INVESTIMENTOS	
Móveis Utensílios	Cr\$ 320.800,00
Máquinas Equipamentos	Cr\$ 1.072.976,00
Linha Telefônica	Cr\$ 63.800,22
Ampliação Construção Predio	Cr\$ 143.857,00
SALDO ATUAL	
Caixa Econômica Federal Mercado/Fundo Aplicação	Cr\$ 1.601.433,22
Caixa Econômica Federal Conta Movimento 99-6	Cr\$ 124.711,57
Caixa Econômica Federal Conta Movimento 248-0	Cr\$ 106.158,66
Fundo Fixo de Caixa	Cr\$ 965,68
Caixa Econômica Federal CONTAS POUPANÇAS	
Fundo de Apoio Sindical	Cr\$ 724,63
Fundo de Construção	Cr\$ 29.785,42
Fundo de Modernização	Cr\$ 31.880-2
Fundo Mobilização Celesc	Cr\$ 2.134.233,04
Sinergia (Provisão)	Cr\$ 6.889.918,90
Sinergia	Cr\$ 3.746.273,27
Sinergia	Cr\$ 2.743.115,12
Sinergia	Cr\$ 3.959.853,55
Sinergia	Cr\$ 51.182,1
Caixa Econômica Federal CONTAS EM CRUZADOS NOVOS	
Sinergia 99-6	NCr\$ 370.813,58
Sinergia 248-0	NCr\$ 37.948,09
Sinergia 26800-7	NCr\$ 162.144,37
Sinergia 29006-1	NCr\$ 13.117,29
Sinergia 31880-2	NCr\$ 10.450,71
Sinergia 33129-5	NCr\$ 16.888,08
Sinergia 36708-1	NCr\$ 1.275.487,12
Sinergia	NCr\$ 51.182,1
TOTAL	NCr\$ 1.681.840,22
TOTAL	Cr\$ 34.196.559,13

Florianópolis, 10 de abril de 1991.

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Glauco Marques. Editores: Gastão Cassel (DRT/ES 6168) e Rosângela Bion (DRT/SC 1019). Ilustração: Franck Maia. Impressão: Gráfica do Jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone: (0482) 22-3866. Telex: 48-2955. Fax: 22-5596. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

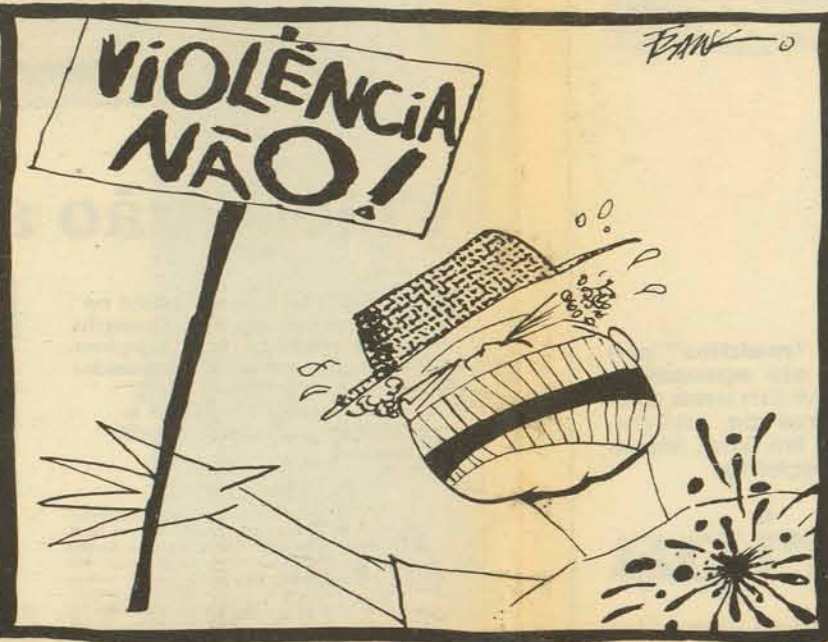
Palestra de Bicudo lança comitê contra violência

O jurista e deputado federal pelo PT, Hélio Bicudo vai estar nesta sexta-feira, dia 7, em Florianópolis, participando de um debate promovido pelo Fórum Permanente Contra a Violência e a Impunidade no Campo e na Cidade. O debate será às 19 horas no auditório da FECEC. Essa é mais uma atividade do Fórum criado no dia 22 de abril de 1991 por unicitária do deputado estadual pelo PT de Santa Catarina Wilson Santin.

O Fórum tem como objetivos levantar dados sobre a violência e a impunidade em todo o estado. A intenção é fazer uma denúncia constante de todos os casos, reforçando o trabalho dos centros de defesa dos direitos humanos, formando grupos de estudos sobre as diferentes formas de violência. A primeira etapa dos trabalhos do fórum que congrega mais de 30 entidades e personalidades de diferentes linhas de pensamento, será a realização de um tribunal contra a violência e a impunidade, em praça pública.

Segundo o deputado Wilson Santin, a questão da violência sempre foi uma preocupação, desde o tempo em que ela era líder rural no Oeste do estado. Em março, já eleito deputado estadual, Santin viajou a Rio Maria, no Norte do Pará, onde a violência no campo é uma das maiores do país. Lá, foi assumido, nacionalmente, o compromisso de ampliar o debate para sensibilizar a sociedade civil para o problema.

Conforme Santin é necessário a conscientização sobre as verdadeiras causas da violência. "Ela está ligada as desigualdades sociais e a maneira como está estruturado o Estado, é fruto da ausência de Reforma Agrária, expulsão



da população do campo, baixo salários e ausência de uma política de moradia, do racismo, etc.

Nos últimos 5 anos, em todo o país, foram mortos 624 líderes rurais e sindicalistas e a maioria desse crimes continuam impunes, Wilson Santin diz não tem dúvidas, que a discussão sobre a violência e a impunidade, passa também por discutir o direito da população a se rebelar contra a tirania, em defesa da própria vida.

No debate de sexta-feira também estarão presentes Frei Sergio

Gorgen, coordenador da Província Franciscana, de Porto Alegre e assessor do Movimento Sem Terra, do RS; e Aldo Arantos, membro da direção nacional do PC do B, advogado do STR de Rio Maria e das famílias Canuto e Expedito Ribeiro. No mesmo dia haverá o lançamento conjunto dos livros "Uma Foce Longe da Terra" (Frei Sergio Gorgen), "Vidas em Risco" (IBASE e Mov. de Meninos de Rua) e "Espinheiro Caminho para a Liberdade" (Conflito no Campo 1990).

ALTA TENSÃO

Collor responde carta da Intersul

A Intersindical dos Eletricitários do Sul recebeu correspondência do secretário geral da presidência da república, Marcos Coimbra, respondendo a carta dos sindicatos que chamava a atenção do Presidente para a aplicação dos recursos que serão liberados para a conclusão da obra de Itá. A Intersul alertava para a possibilidade do dinheiro ser desviado de sua finalidade original, como já aconteceu na Eletrosul.

Coimbra diz que a obra de Itá é uma prioridade do governo e que o ministério da infra-estrutura está realizando esforços para dar continuidade aos reassentamentos.

Gazaniga utiliza o "entulho autoritário"

O presidente da Eletrosul, Amílcar Gazaniga, está processando criminalmente o diretor responsável do **Linha Viva**, Glauco Marques, por este jornal ter divulgado o envolvimento no caso Celesc - Porto de Itajaí. Gazaniga está utilizando a Lei de Imprensa, unanimemente repudiada por ser um dos mais característicos "entulhos autoritários" que sobram do Regime Militar. E a mesma lei em que Collor se baseia para processar a **Folha de São Paulo**. A Intersul constituiu o advogado Evilaio Caon para defender o sindicalista.

Novos representantes na Cipa da Celesc

A CIPA da administração central da Celesc já tem novos representantes dos empregados. Os

CUT prepara para nova campanha de mobilização

A Central Única dos Trabalhadores, em reunião do Comando Nacional no dia 27, aprovou a realização de uma série de atividades no mês de junho, para discutir política salarial, o plano de custeio da previdência e a organização sindical. A "Jornada de Junho" dá sequência à luta contra a política econômica do governo Collor, depois da série de protestos em todo o país durante a greve geral de 22 e 23 de maio.

A "Jornada" prevê a distribuição de panfletos em todos os estados durante três semanas, tratando de um assunto a cada semana. Até 15 de junho, a CUT defenderá em público uma posição sobre o Plano de Custeio da Previdência, que o Congresso Nacional deve votar até a metade do mês. Depois, a CUT vai reivindicar reajuste mensal, reposição das perdas conforme o índice do Custo de Vida do Dieese e salário mínimo compatível com as necessidades do trabalhador. O último panfleto da "Jornada" será sobre organização sindical - especialmente por causa da realização da greve geral.

As deficiências de organização dos trabalhadores foram apontadas pelo

presidente da CUT Jair Meneguelli como um dos principais motivos para que os brasileiros não aderissem à greve geral da forma que a Central esperava. "Mesmo assim, 20 milhões de trabalhadores pararam. Nosso objetivo era fustigar o governo Collor, e isso nós conseguimos" diz Meneguelli.

Até 30 de junho, todas as regionais da Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina terão realizado congressos preparatórios para discutir os temas dos congressos Nacional e Estadual da CUT. Três das cinco regionais já tiveram seus encontros: Florianópolis, Oeste e Sul. Nos dias 29 e 30, se reúne a CUT/Norte e nos dias 23 e 24, ocorre o congresso de fundação da CUT/Planalto.

O 4º Congresso Estadual da CUT acontecerá em Florianópolis entre 12 e 14 de julho. O 4º Congresso Nacional, entre 5 e 8 de setembro, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo. Os encontros devem definir um novo perfil de atuação política para a maior central sindical brasileira, que atinge quase 20 milhões de trabalhadores, em todos os estados.

Um novo jornal pode nascer

A CUT/Fpolis e diversos sindicatos estão discutindo a continuidade do trabalho de imprensa unificado por várias entidades que teve início com o Jornal da Greve Geral. O suporte técnico para as discussões está sendo fornecido pelo Núcleo Organizado de Imprensa Sindical - NOIS, que é uma articulação de jornalistas que atuam em diversas entidades sindicais.

O NOIS está propondo para os sindicatos a criação de um jornal unificado de circulação semanal que traria, além dos noticiários específicos de cada categoria, informações de interesse geral como economia, política, cultura, comportamento, etc...

Para o presidente da CUT/Fpolis, João Batista Nunes, já está na hora dos trabalhadores criarem alternativa de comunicação e "está comprovado que os sindicatos têm condições de desenvolver projetos que rompam o isolamento dos movimentos populares entre si e a apatia dos trabalhadores no que diz respeito a luta pela democratização da comunicação".

No anteprojeto que o NOIS apresenta, o projeto sugere a extinção dos jornais específicos de categoria e a canalização de todo o fluxo de informação para o novo jornal. A proposta do NOIS é de ter o primeiro "piloto" do jornal circulando ainda em junho.

O importante é que esta discussão se dê com as categorias, pois os trabalhadores têm que participar deste processo que é uma das iniciativas mais importantes do movimento sindical mais recente", destaca o presidente da CUT.

efetivos são: Adailto dos Santos Ferreira, Gilberto dos Passos Aguiar, Hércio Roberto Estácio, Gastão Assis Filho, Luciana F. Freitas, Paulo Afonso Cavaleiro, José Bottaro e Darci Guilhermino Melo. Os suplentes são: Paulo Francisco da Silva Marcial Martins Veiga, Dil Moukazel Filho, Maria Helena Silva Rodrigues, Adenir José Lins, Murilo Martins Leal, Dilaudino Monsoline Aguiar e Marcos Antônio Lacerda.

Sindicato faz plantão terças em Rio do Sul

O Sindicato dos Eletricitários do Vale do Itajaí está dando um plantão semanal para a categoria em Rio do Sul. Quem quiser procurar a entidade, é só procurar a sala que foi alugada na Abecelsc nas terças-feiras, quando durante todo o dia have-

rá um diretor para receber os eletricitários. Mas brevemente o sindicato deverá ter uma sede própria em Rio do Sul, já que foi adquirido um terreno com a finalidade específica de construir uma subse.

Geração continua demitindo sem razão

As arbitrariedades continuam correndo soltas no Colégio Geração, em Florianópolis. Esta semana foi feita a quarta demissão de professor sem qualquer justificativa aceitável pelo bom sendo. Desta vez foi a coordenadora do Colégio Geração Jr., Maria Denise Nunes da Silva, a demitida. Os pais de alunos estão fazendo movimentações para pressionar a direção da escola no sentido de reverter o ato arbitrário. O processo de demissões começou a aproximadamente um mês.

TRIBUNA Livre

A insustentável dureza do Plácido

João Paulo de Souza
Diretor do Sinergia

Recentemente, houve um episódio lamentável com os companheiros do SEOD de Blumenau, marcado, inclusive, com requintes de autoritarismo, prepotência e flagrante desrespeito às pessoas e aos seus direitos prescritos na Constituição. O fato gerador foi um "abaixo-assinado" dos companheiros que pediam a substituição do Supervisor e do Engenheiro responsável por aquele órgão. O documento foi considerado ofensivo pelo Eng. PLÁCIDO, Gerente de Distribuição, e pelo Eng. Djalma Jansen, Administrador Regional, porque, para eles, os empregados em nada devem opinar sobre a "nomeação" de chefes. Devem apenas trabalhar... e serem explorados, não reclamar de salários, serem submissos, ou maltratados, se o chefe assim o desejar e ponto final!

Porém, para que o autoritarismo não fosse tão ostensivo, aqueles chefes resolveram embulhar a questão num parecer jurídico da Administração Central. Reuniram-se com o Dr. Sebastião Brito e este, celer e expedito, redigiu um Parecer que considerava o tal abaixo-assinado "um ato de indisciplina", sendo, portanto, todos os subscritores passíveis de punição com "suspensão" que podiam variar de 01 a 30 dias.

Munidos de tal parecer, acionados por sua arrogância e prepotência, saíram os "bravos" chefes de Florianópolis, cheios de razão e dispostos a passar a "currapana", na turma insubordinada do SEOD, que se arvoraram a pedir a substituição dos seus chefes imediatos. Lá chegando, reuniram todos os empregados do órgão, sob o comando do Eng. PLÁCIDO. Este começou a vomitar termos reprobatórios, proferindo toda a sorte de ameaças, inclusive a de "suspensão por insubordinação". E, para fechar a reunião com requintes de prepotência, rasgou, acintosamente, o abaixo assinado na frente de todos os empregados.

Não aceitando tal tratamento e para se cientificar da legalidade do ato presenciado e da possibilidade de suspensão foram ao Sindicato solicitar a intervenção da Assessoria Jurídica da Entidade. Esta apenas confirmou as palavras do Presidente, Isaltino Pedron, de que tais punições seriam ilegais.

No dia 24/05/91, a INTERSINDICAL arguiu o Departamento Jurídico da CELESC sobre a flagrante violação do Direito, tanto por seu Parecer, quanto pela atitude daqueles chefes. Tivemos como resposta o Dr. Sebastião Brito justificativa de que o "Parecer foi elaborado com base no MANUAL BÁSICO DE ORGANIZAÇÃO, que proíbe a apresentação de abaixo-assinados por empregados". afirmou, ainda, que não concorda com manifestações por abaixo-assinado, e que o parecer era "de mentira" (sic).

Meu objetivo é afirmar a todos os leitores, inclusive ao Dr. Sebastião, aos prepotentes chefes e ao "leve, suave, pacífico Dr. Plácido" (estes são sinônimos do nome dele, no dicionário; antônimos na prática), que, no caso, em pauta foram violados os direitos individuais da pessoa humana. Vejamos o que diz a Constituição Federal:

Art. 5º -
"IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato" (grifo meu).

"IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença" (grifo meu).

Portanto, à exceção do anonimato, que é crime, todo cidadão tem o direito de expressar seu pensamento, bem como o de formular solicitações, de fazer comunicações, de requerer, de sugerir, de opinar e de exigir, por meio de abaixo-assinados, carta, moção, requerimento ou qualquer forma escrita de expressão. Assim, o Parecer do Departamento Jurídico colidiu de frente com a Constituição e, portanto, com base nele, nenhuma punição poderia ser aplicada aos seus subscritores. Muito pelo contrário: se fosse um abaixo-assinado anônimo; se fosse comprovada a sua autoria, daí sim é que os autores poderiam ser punidos, inclusive criminalmente.

Por outro lado, o argumento de que o MANUAL BÁSICO DE ORGANIZAÇÃO proíbe o abaixo-assinado é falso. E por dois motivos: primeiro, porque não existe Lei superior à Constituição e o Regulamento da Empresa não pode ferir-la, sob pena de nulidade. Segundo, e o mais estranho, é que o dito Manual não mais está em vigor na Empresa, já tendo sido substituído por outras normativas. Além disso, o citado Manual foi elaborado em 1972, em plena ditadura militar, época na qual não era possível haver qualquer discordância, por mínima que fosse. Assim, a falsidade do argumento cheira hipocrisia! E o mesmo que um Juiz, invocando o Ato Institucional nº 5, incorporado pela Ditadura à Constituição de 1969, já revogada pela Constituição de 1988, aplicasse hoje uma pena a uma pessoa. Veja onde se esconde e se escora a prepotência: em instrumentos obsoletos, revogados e infringentes do direito positivo atual.

Mas, a atitude do Eng. PLÁCIDO, também fere a Constituição Federal. Ao reunir todos os empregados e executá-los coletivamente, feriu o citado Art. 5º: que reza no seu Inciso III:

"ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento desumano ou degradante."

Outra, reunir todos, com base na autoridade que lhe confere o cargo de Gerente, para ameaçar, achincalhar, desrespeitar as pessoas, rasgando com acinte o documento que fora devidamente protocolado na Empresa, caracteriza tratamento degradante, condenado pela Constituição.

Por isso, pensamos que a Empresa, particularmente aquelas chefias, devem pedir desculpas, sob qualquer forma, aos empregados do SEOD de Blumenau. E bom, também, que os chefes saibam que não é exorbitante das suas prerrogativas, ou com base em qualquer parecer duvidoso juridicamente, que se pode punir alguém. E que a execução pública é passível de reparação por parte dos ofendidos, que no caso são os subscritores e não os destinatários do abaixo-assinado.

Por fim, cabe assinalar que se a ditadura não acabou de fato, pelo menos ela acabou de direito. Os Sindicatos têm também a função de reivindicar tratamento humano aos seus associados e levar às últimas consequências a sua defesa, na ocorrência de quaisquer atos abusivos que atentem contra os direitos individuais e coletivos da pessoa humana.

Constituição é para se cumprir!
E também obrigação dos chefes serem, no mínimo, bem-educados!

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, a nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.



LINHA aberta

Considerado "maldito" por muita gente, ele apresenta seu novo show em uma promoção cultural de entidades sindicais. Na foto, Mautner, Sim e Jacobina.

Jorge Mautner canta em Floripa

Jorge Mautner, cantor, compositor, poeta ou, como ele mesmo diz "profeta", vai se apresentar em Florianópolis no dia 14 de junho, no teatro do CIC. É mais uma promoção cultural unificada dos sindicatos dos Eletricistas de Florianópolis, Bancários, Jornalistas, Previdenciários, Municipais, Trabalhadores em Educação e Diretório Central dos Estudantes da UFSC.

O artista está retornando recentemente da Europa e traz para Florianópolis o show "Pedra Bruta". A apresen-

tação conta com a participação do músico Nelson Jacobina e do vocalista Celso Sim. Mautner continua fazendo um espetáculo cheio de citações poéticas, filosóficas e ideológicas. "Falamos de uma nova esquerda que renasce mais forte do que nunca das cinzas do nefasto stalinismo", comenta o cantor.

Mautner já foi considerado um "maldito", mas ele garante que é "um bendito". Isso porque, no seu show, fala muito em liberdade, igualdade, ecologia e da valorização da cultura brasileira. Mes-

cla de show, comício, culto e reflexão filosófica, o espetáculo de Mautner impressionou a platéia na Europa. Na Alemanha ele cantava em português e falava muito em alemão, explicando o sentido de suas músicas. O público ficava perplexo diante do tipo de reflexão do artista, do apelo místico e político ao mesmo tempo.

O show "Pedra Bruta" será lançado em disco no segundo semestre e terá metade das faixas ocupadas por canções de "monstros sagrados" da música po-

pular brasileira: Ismael Silva, Assis Valente, Noel Rosa, Dorival Caymi, Ataúlfo Alves, entre outros...

Mas continua difícil saber o que é um espetáculo de Mautner. Em 89 um crítico de arte do jornal Zero Hora comentou uma apresentação do artista em Porto Alegre. "Para entender e gostar de Mautner é preciso buscar não um show de música ou um cantor, mas um ato de política e filosofia, costurado por textos e dissertações...", disse o articulista.

A conspiração mística

No mundo fragmentado, as pessoas voltam a recorrer ao misticismo. Basta ligar a TV para ver a quantidade de bruxos que "enfeitiça" as consciências.

Luiz Césare Vieira
Empregado da Celesc

Evidências no cotidiano indicam um crescente interesse das pessoas pelo misticismo. Basta ligar a TV ou passar na frente de alguma livraria para dar-nos conta da quantidade de bruxos e magos que tem "enfeitiçado" inúmeras consciências. Mas as evidências não se revelam apenas em novelas e livros enquanto mercadorias de entretenimento da indústria cultural que são consumidas e descartadas.

O que vem acontecendo é a adesão voluntária de pessoas na busca de uma nova maneira de encarar a realidade, uma nova percepção do mundo.

Poderíamos atribuir a emergência desta vontade mística no esgotamento do paradigma histórico do iluminismo que sustentava, com base nos conceitos de razão e progresso, a emancipação material e espiritual da humanidade. Tanto a versão capitalista com a promessa de riqueza para todos como a versão comunista da felicidade total são herdeiros desta tradição.

Enquanto o mundo "comunista" ruíu, explicitamente, no mundo do capitalismo avançado o processo de deterioração é invisível, subterrâneo porém letal, pois atinge um valor que é substancial no gênero humano — a sua felicidade. E nestes termos que se expressa a americana Marilyn Ferguson, autora do best-seller "A Conspiração Aquariana". Insatisfeitos com o vazio existencial do "american way of life", um estilo de vida onde o consumo está em primeiro plano, milhares de americanos estariam engajados numa rede conspirativa para revolucionar a sociedade a partir da transformação da consciência ao nível pessoal.



Com a crise dos modelos fundamentados exclusivamente na razão, restaria o alento de superação humana através de uma 3ª via: menos analítica e racional, mais intuitiva e meditativa: a verdade mística da filosofia oriental.

A Conspiração mística é forte também entre os cientistas. Em 1986 realizou-se em Veneza um colóquio organizado pela UNESCO com a participação de cientistas de todo o mundo, muitos deles detentores do Prêmio Nobel. Uma conclusão sugestiva do colóquio: "O conhecimento científico, por seu próprio movimento interno, chegou aos confins onde pode começar o diálogo com outras formas de conhecimento".

Fritjof Capra, autor de "O Tao da Física" vai além ao afirmar que a teoria quântica tem levado ele e outros cientistas a adotar uma nova visão de mundo, fazendo um paralelo entre a Física e o misticismo. Os adeptos do holismo, que realizam curso e congressos por todo o país, advogam o resgate da filosofia oriental e a reconciliação da humanidade com o cosmos. Enfim, é o florescimento do espiritualismo numa época que, como já diria Madame Blavatski, é essencialmente prática e antiespiritual.

A crise ideológica neste final de século é uma realidade, mas os fatores que influenciam as pessoas nesta escalada mística não são apenas históricos, possuem também uma origem ancestral.

Ao adquirir consciência da morte, a humanidade primitiva, incomformada, empia seu imaginário construindo uma ponte entre a realidade terrena e o absoluto. O sentimento de falta que advém da finitude biológica e ausência de sentido da vida é superado pela certeza de reconciliação com a divindade. Mas, de origem histórica ou ancestral, o fato é que a conspiração em curso apresenta elementos positivos para a libertação humana. Tal qual o movimento socialista, o misticismo parte da crítica da sociedade que fragmenta e aliena o indivíduo, ao mesmo tempo, o em que projeta um mundo de fraternidade e solidariedade coletiva.

O resultado é enriquecimento e subjetividade e a formação de uma nova expressão simbólica, elementos fundamentais na formação do homem novo.